

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COORDENADORIA DE TCC

ATA DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA ALUNA:





GABRIELA SANTOS

No dia 07 do mês de dezembro de 2022, às 16:00 hs, no(a) Florianópolis, SC, reuniu-se a comissão designada pela portaria 18-22/2, da coordenadoria de TCC do Curso de Ciências Contábeis, para argüição e defesa do trabalho apresentado pela aluna acima citada. O trabalho apresentado tem por título:


**ESTUDO SOBRE O REFLEXO E DESPESAS NA EVOLUÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE DO
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS - SC**

Terminada a apresentação e defesa, os professores da banca constituída por Fabricia Silva da Rosa (Orientador), Orion Augusto Platt Neto e Justine Maria Arruda de Souza Neto atribuíram notas que foram encerradas em envelope fechado e entregue à Coordenadoria de TCC conforme estabelecido no regulamento de TCC, tendo sido determinada pela banca examinadora a necessidade de efetuar as seguintes modificações na versão final do trabalho a ser entregue à Coordenadoria de TCC, no prazo definido no regulamento de TCC de modo que este trabalho seja disponibilizado para consulta pública na biblioteca universitária da UFSC:

Florianópolis, 07 de Novembro de 2022.

 ICP-Edu	Documento assinado digitalmente Fabricia Silva da Rosa Data: 03/02/2023 13:33:51-0300 CPF: ***.548.659-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br
Fabricia Silva da Rosa Presidente	
 GOV.BR	Documento assinado digitalmente ORION AUGUSTO PLATT NETO Data: 03/02/2023 13:59:30-0300 CPF: ***.454.999-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br
 GOV.BR	Documento assinado digitalmente JUSTINE MARIA ARRUDA DE SOUZA NETO Data: 13/02/2023 13:30:54-0300 CPF: ***.202.419-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br
Membros	
 ICP-Edu	Documento assinado digitalmente Gabriela Santos Data: 03/02/2023 14:01:44-0300 CPF: ***.692.949-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br
Aluna	

Aberto o envelope verificou-se que o(a) Aluno(a) obteve nota final 8,0.

 ICP-Edu	Documento assinado digitalmente Moacir Manoel Rodrigues Junior Data: 13/02/2023 13:20:57-0300 CPF: ***.501.219-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br
Professor Moacir Manoel Rodrigues Junior - SIAPE 1258025 Coordenador de TCC	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIELA SANTOS

**ESTUDO SOBRE O REFLEXO DE RECEITAS E DESPESAS NA EVOLUÇÃO DO
ATIVO NÃO CIRCULANTE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS - SC**

Florianópolis

2022

GABRIELA SANTOS

**ESTUDO SOBRE O REFLEXO DE RECEITAS E DESPESAS NA EVOLUÇÃO DO
ATIVO NÃO CIRCULANTE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS - SC**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Fabricia Rosa da Silva

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Gabriela

Estudo sobre o reflexo de receitas e despesas na
evolução do ativo não circulante do município de
Florianópolis / Gabriela Santos ; orientador, Fabricia
Silva da Rosa, 2023.

49 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Contábeis, Florianópolis,
2023.

Inclui referências.

1. Ciências Contábeis. 2. Receitas . 3. Despesas. 4.
Ativo não circulante. 5. Florianópolis. I. Rosa, Fabricia
Silva da. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

Gabriela Santos

Estudo sobre o reflexo de receitas e despesas na evolução do ativo não circulante no
município de Florianópolis

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel
e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis

Santa Catarina, 31 de janeiro de 2023.



Documento assinado digitalmente
Moacir Manoel Rodrigues Junior
Data: 13/02/2023 13:24:07-0300
CPF: ***.501.219-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Moacir Manoel Rodrigues Junior, Dr.
Coordenador do TCC

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
Fabricia Silva da Rosa
Data: 03/02/2023 15:00:51-0300
CPF: ***.548.659-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Fabricia Silva da Rosa, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
ORION AUGUSTO PLATT NETO
Data: 03/02/2023 15:07:31-0300
CPF: ***.454.999-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Orion Platt Neto, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
JUSTINE MARIA ARRUDA DE SOUZA NETO
Data: 13/02/2023 13:24:41-0300
CPF: ***.202.419-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Sra. Justine Maria Arruda de Souza Neto, Ma.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de analisar o reflexo das receitas e despesas na evolução do Ativo não circulante do Município de Florianópolis no período de 2018 a 2020. Especificamente, pretende identificar a evolução das receitas e despesas, demonstrar a evolução patrimonial e verificar a relação entre a evolução das receitas e despesas e a evolução patrimonial do Município de Florianópolis. Para tal, a metodologia utilizada foi qualitativa e quantitativa, por meio do estudo de caso. Os dados foram obtidos por meio de coleta em Demonstrativos disponibilizados no sítio eletrônico do Município, tabulados e atualizados pelo IPCA. Diante disso, com a pesquisa, verificou-se que o déficit orçamentário nos dois primeiros anos analisados pode ter ocasionado uma variação patrimonial deficitária. Já no ano de 2020, mesmo com o superávit orçamentário, a situação patrimonial do Município manteve-se deficitária. No entanto, observou-se uma redução significativa no déficit em relação a 2019, o que pode revelar uma recuperação orçamentária patrimonial.

Palavras-chave: Receitas. Despesas. Ativo não circulante. Florianópolis.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	6
1.1 Contextualização.....	6
1.2 Problema.....	7
1.3 Objetivos.....	8
1.3.1 Objetivo geral.....	8
1.3.2 Objetivos específicos.....	8
1.4 Justificativa.....	8
2 Revisão bibliográfica.....	10
2.1 Patrimônio público.....	10
2.2 Balanço patrimonial.....	11
2.2.1 Ativo não circulante.....	12
2.3 Evolução patrimonial	12
2.3.1 Variações quantitativas.....	13
2.3.2 Variações qualitativas.....	14
2.4 Balanço orçamentário.....	14
2.4.1 Receitas e despesas.....	15
2.4.2 Os reflexos do orçamento no patrimônio.....	16
3 Metodologia.....	18
3.1 Enquadramento metodológico.....	18
3.2 Caracterização do estudo de caso.....	18
3.3 Procedimento metodológico.....	19
4 Análise dos resultados.....	20
4.1 Análise ativo não circulante.....	20
4.2 Análise evolução patrimonial.....	22
4.3 Análise das receitas, despesas orçamentárias e ativo não circulante.....	26
5 Conclusão.....	31
Referências.....	33
Anexos.....	37

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, abordam-se as legislações com foco na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, bem como o problema, justificativa e os objetivos da pesquisa.

1.1 Contextualização

A Contabilidade Pública do Brasil é regida pela Lei nº 4320/1964, que institui normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos da União, estados e municípios, bem como pela Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A partir de 2008 iniciaram-se os processos de convergência aos padrões internacionais (GAMA; DUQUE; ALMEIDA, 2014). Porém, somente no ano de 2016 as informações contábeis começaram a convergir para um padrão internacional, conforme a implantação da NBC TSP – Estrutura Conceitual (CFC, 2016).

De acordo com o artigo nº 78, da Lei nº 200/67 a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) “estuda, registra, controla e demonstra o orçamento aprovado, acompanha sua execução, os atos administrativos, o patrimônio público e suas variações” (BRASIL, 1964).

De acordo com Araújo e Arruda (2021), o objetivo da CASP é a escrituração dos fatos patrimoniais do ente público, de modo a proporcionar planejamento, controle e tomada de decisão para a gestão da entidade e para a prestação de contas aos contribuintes; já seu objeto é o patrimônio público, composto pelos bens e direitos de que a entidade estatal dispõe. Nesse sentido, Platt Neto (2022) complementa que, apesar de o patrimônio público ser o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ela desenvolve ações, sistematiza dados e produz informações sobre o orçamento público e outros aspectos das entidades estatais, de natureza econômica, financeira e física, não se resumindo apenas aos bens, direitos e obrigações.

Sobre a evidenciação contábil, a Lei nº 4.320/64, determina em seu art. 90:

A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada à conta dos mesmos créditos e as dotações disponíveis (BRASIL, 1964).

Em sentido amplo, para Araújo e Arruda (2021), todos os dispêndios ou saídas de recursos dos caixas governamentais são considerados despesas públicas. À medida que compõem o orçamento, são despesas orçamentárias, já as despesas extraorçamentárias são as meras devoluções de recursos para os verdadeiros proprietários. Porém, para BRASIL (2021,

p. 77), “é aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.”

O *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Nesse sentido, os princípios e normas voltadas para a contabilização: reconhecimento, mensuração e evidenciação dos fatos ocorridos durante o exercício (BRASIL, 2021). Como para o acompanhamento do patrimônio, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve evidenciar as variações patrimoniais, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária, conforme prevê a Lei nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964).

1.2 Problema

Estabeleceu-se que “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”, logo no § 1º do art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000). Tal transparência está relacionada com o interesse público, visto que a sociedade tem o direito de saber sobre o patrimônio e como os recursos públicos estão sendo utilizados e/ou destinados, bem como se a gestão está equilibrada.

Segundo Pires e Motta (2006, p. 16), “nas sociedades organizadas o sistema jurídico está estruturado para que os cidadãos, os destinatários das ações estatais, não sejam surpreendidos por medidas intempestivas tomadas pelos governantes. Este fato, por si só, justifica a imprescindibilidade da existência do orçamento público.”

O Município de Florianópolis disponibiliza em seu sítio eletrônico os demonstrativos anuais conforme a Lei nº 12.527, conhecida como “Lei de Acesso a Informação”, sancionada em 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Diante disso, com o intuito de esclarecer a importância da transparência das informações aos cidadãos e contribuir para o conhecimento das contas contidas nos demonstrativos dos municípios, tais como receitas, despesas e ativo não circulante, surge a pergunta da pesquisa: Qual o reflexo de receitas e despesas na evolução do ativo não circulante do Município de Florianópolis-SC?

1.3 Objetivos

Para responder à pergunta de pesquisa apresentam-se a seguir os objetivos a serem alcançados.

1.3.1 Objetivo geral

Analisar o reflexo das receitas e das despesas na evolução do ativo não circulante do município de Florianópolis durante os exercícios de 2018 a 2020.

1.3.2 Objetivos específicos

(i) Identificar a evolução das receitas e das despesas do Município de Florianópolis-SC durante os exercícios de 2018 a 2020;

(ii) Demonstrar a evolução patrimonial do Município de Florianópolis-SC durante os exercícios de 2018 a 2020;

(iii) Verificar a relação entre a evolução das receitas e das despesas com a evolução patrimonial do Município de Florianópolis-SC.

1.4 Justificativa

A necessidade de informações confiáveis que retratam a realidade patrimonial passa a ser uma exigência à medida que existe a demanda da sociedade por dados. A contabilidade tem como objetivo fornecer informações, tanto no âmbito econômico-financeiro como patrimonial para auxiliar na tomada de decisão, bem como para a adequada prestação de contas, contribuindo então para a instrumentalização do controle social (FEIJÓ, 2012).

Os municípios devem apresentar seus balanços por meio de demonstrativos, assim como planejamento orçamentário mensalmente, conforme a Lei de Acesso a Informação, a fim de estar disponível para que qualquer cidadão possa averiguar e questionar suas receitas e despesas e, igualmente, seus investimentos dentro do município. Os documentos devem ser disponibilizados em um portal de fácil acesso, como é o caso do Município de Florianópolis, em um sítio eletrônico.

Segundo Bezerra *et al.* (2012 *apud* LEITE FILHO; COLARES; ANDRADE, 2014, p. 117), a importância da clareza das informações e divulgação de gastos públicos se dá, uma vez que “a transparência e as prestações de contas dos gastos públicos constituem requisitos indispensáveis para a realização do exercício social, pois permite aproximar governo e sociedade e atua como agente da democracia, da eficiência e da mudança.”

No Brasil, a transparência pública constitui-se direito do cidadão e dever da Administração Pública (Lei n° 4.320/1964). A partir desse princípio, este trabalho pretende ser útil a distintos usuários, como gestores do município, na tentativa de auxiliar na tomada de decisão e na exposição aos cidadãos de Florianópolis das informações coletadas. Pretende-se verificar nos demonstrativos analisados se os recursos foram aplicados de forma coerente, além de apresentar por meio de dados os reflexos de uma gestão equilibrada.

O Município de Florianópolis foi escolhido pelo fato de a autora ser natural do município a ser analisado; por ser a capital do estado de Santa Catarina; e pela acessibilidade às informações pretendidas.

CAPÍTULO 2

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Contempla-se neste capítulo o referencial teórico que dará base à pesquisa, tendo como foco a Contabilidade aplicada ao Setor Público, abordando os conceitos do enfoque patrimonial, bem como orçamentário.

2.1 Patrimônio público

O patrimônio, após as publicações das novas normas aplicadas ao setor público passou a ser o principal foco na Contabilidade Pública, a qual até o ano de 2010 tinha como base apenas a necessidade de registro e controle da execução orçamentária. Conforme Feijó (2012, p. 15),

Nesse sentido, ocorreram várias mudanças importantes, mas a principal é que o objeto de estudo da contabilidade do setor público é o patrimônio. O orçamento deixa de ser o protagonista na administração pública, apesar de continuar exercendo papel relevante no controle político, administrativo e de planejamento do governo ao estabelecer a previsão das receitas e a fixação das despesas orçamentárias.

De acordo com Bezerra Filho (2014), o patrimônio é um conjunto de bens, direitos, obrigações, sob o controle de pessoas físicas ou jurídicas. Platt Neto (2022, p. 67) adapta o conceito para entidades estatais que “o patrimônio público é o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados ao Estado”, termo que poderia ser substituído por entidades do setor público (ESP), entes públicos, ou administração pública. Kohama (2014) ressalta que o Patrimônio Público compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente, afirmando que o patrimônio público compõe a Administração Pública e não apenas as entidades públicas. Platt Neto (2022) reitera que as dívidas (obrigações) também constituem o patrimônio.

Já para Meirelles (2022), o patrimônio público abrange os bens de toda natureza que representam interesse para a Administração Pública e comunidade administrada. O art. 98, do Código Civil Brasileiro, traz ainda uma diferenciação de bens públicos e bens particulares, descrevendo que “são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem” (BRASIL, 2002). Classificam-se, pois, os bens públicos em três categorias: bens de uso comum do povo; bens de uso especial; e bens dominicais.

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.2, revogada a partir de 01/01/2017, apontou conceito de patrimônio público e, apesar de revogada, ainda precisa ser conhecida.

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações (CFC, 2012, p. 9).

A NBC TSP – Estrutura Conceitual (EC) apresenta as definições dos elementos abrangidos pelo patrimônio público, sendo eles o ativo, o passivo, bem como a situação líquida.

5.6 Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

5.14 Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

5.28 A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo (CFC, 2016,).

Segundo Neres (2004), a preocupação em relação ao Patrimônio Público está atrelada apenas ao momento de desincorporação. Sem esta, não ocorre decréscimo patrimonial, e “como não existe um controle eficiente, não existe mensuração real do Patrimônio.”

2.2 Balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração que evidencia a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, assim como atos potenciais, estes registrados em contas de compensação (BRASIL, 2021). Platt Netto (2022, p. 129) complementa que o demonstrativo apresenta “os bens, direitos e obrigações pertencentes a uma entidade numa determinada data. Por meio da diferença entre o ativo (bens e direitos) e o passivo exigível (obrigações), o Balanço Patrimonial evidencia a situação líquida da entidade.”

2.2.1 Ativo não circulante

Conforme o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, “íntegram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido” (BRASIL, 2021, p. 519). A NBC TSP 11 prevê a adoção de apresentação de ativos e passivos:

- a. Segregação em ativos circulantes e não circulantes e passivos circulantes e não circulantes, sendo este o modelo que deve ser adotado preferencialmente;
- b. Apresentação baseada na liquidez, aplicável apenas quando proporcionar informação que seja mais relevante. Tal situação pode ocorrer, por exemplo, em instituições financeiras, pelo fato de que tais instituições não fornecem bens ou serviços dentro de ciclo operacional claramente identificável. (BRASIL, 2021, p.511).

Para que um ativo seja classificado como imobilizado, três características devem coexistir: sua natureza deverá ser relativamente permanente, ser utilizado na operação de negócios e não se destinar a venda (MARION, 2016). À contabilização de ativos imobilizados deve ser aplicado a NBC TSP 07, que tem como objetivo “estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados” (CFC,2017). A norma ressalta que, não se aplica a ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola bem como a direitos de exploração mineral e reservas minerais. (CFC,2017).

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 34, os investimentos “correspondem a bens ou direitos reconhecidos no ativo em função dos benefícios futuros esperados” (CFC, 2021).

Sobre o Ativo intangível, a NBC TSP 08, apresenta o tratamento contábil deste ativo, ressaltando que não foi tratado anteriormente em nenhuma outra norma específica, estabelecendo que a “entidade reconheça o ativo intangível se, e somente se, os critérios especificados forem atendidos.” Além da especificação de como mensurar e apresentar as exigências de divulgação sobre esses ativos (CFC, 2017).

2.3 Evolução patrimonial

Na perspectiva patrimonial, o Plano de Contas Aplicada ao Setor Público (PCASP) foi estruturado para que “registre, processe e evidencie os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas” (PLATT NETO, 2022, p. 11). É pelo regime de competência que os fatos que

afetam o patrimônio público são registrados, sendo que as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio público do ente, respectivamente (BRASIL, 2021). Como afirma Platt Neto (2022), a contabilidade financeira, pode ser chamada de contabilidade por competência.

O artigo 104 da Lei nº 4.320/1964 dispõe, *in verbis*:

A demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício (BRASIL, 1964).

Para compreender a importância do controle da evolução patrimonial, o estudo realizado por Fijor (2014) retrata o Brasil nos anos 90, quando se empreendeu a modernização dos serviços públicos mediante a adoção de procedimentos e tecnologias que proporcionam uma maior eficiência. No mesmo período, as práticas de Governança Pública começam a ser implantadas e proporcionam mais transparência no relacionamento com a sociedade. Fijor (2014, p. 13) ainda reforça:

A Governança Pública não abrange questões de ordem técnica, mas utiliza-se delas para a concretização de seus princípios. Sem um controle patrimonial eficaz, por exemplo, as informações contábeis sobre o patrimônio, registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) certamente não corresponderão à realidade do patrimônio físico, afetando assim, a confiabilidade dos balanços patrimoniais e, também, os processos de prestação de contas.

Portanto, consideram-se no setor público como variações patrimoniais quantitativas as decorrentes de transações que aumentam ou diminuem a situação líquida. Já as variações qualitativas são consequências de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar a situação líquida patrimonial (BRASIL, 2014, p. 6).

2.3.1 Variações quantitativas

As variações quantitativas são divididas em duas variações, sendo elas: Patrimoniais aumentativas e Patrimoniais diminutivas (BRASIL, 2014, p. 6).

As variações aumentativas e quantitativas “são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado” (BRASIL, 2021).

Para Rosa (2011, p. 519), as variações quantitativas “são as que decorrem de transações no setor público, que podem ser aumentativas ou diminutivas. As variações quantitativas

aumentativas aumentam o patrimônio líquido e as variações quantitativas diminutivas diminuem o patrimônio líquido”.

2.3.2 Variações qualitativas

As variações qualitativas “decorrem de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais, mas sem afetar o patrimônio líquido” (ROSA, 2011, p. 519), sendo apresentadas de forma resumida e destacada na Demonstração e não alteram a situação líquida.

Com o propósito de elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, “considerar-se-ão apenas variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital, tendo em conta a relevância da informação” (BRASIL, 2014, p. 7).

2.4 Balanço orçamentário

O Balanço orçamentário faz parte do conjunto de balanços públicos tratados na Lei nº 4.320/1964, a qual dispõe que o balanço demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas; a partir desta comparação é possível constatar o superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário (BRASIL, 1964). Em complemento, a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 13, apresenta como “exigência a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, a ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente e, em razão disto, submetem-se à prestação de contas e responsabilização” (CFC, 2018).

As receitas aparecem detalhadamente no Balanço Orçamentário por categoria econômica, sendo, origem e espécie, determinando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar (BRASIL, 2021). Por sua vez, a Lei da Responsabilidade Fiscal, informa em seu art, 52 que, além de especificar por categoria econômica, o Balanço Orçamentário deverá conter:

II - demonstrativos da execução das: a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar; b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício; c) despesas, por função e subfunção (BRASIL, 2000).

Conforme estabelece o art. 162 da Constituição Federal, “o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária” (BRASIL, 1988). Por outro lado, a identificação das receitas e despesas intraorçamentárias deverá ser apresentada quando necessária em notas explicativas (BRASIL, 2021).

Um estudo realizado por Pires e Motta (2006) apresenta a evolução da história do orçamento público no mundo e a trajetória de uma época em que não existia controle de despesas, não havendo distinção entre as despesas pessoais do rei e do Estado. Esse estudo reforça quão importante é o controle do orçamento desde os primórdios, deixando evidente que, para o crescimento, é necessária a organização das receitas e despesas.

2.4.1 Receitas e despesas

No art. 11 da Lei nº 3420/1964, estabelece-se que as Receitas orçamentárias podem ser classificadas em duas categorias econômicas: Receitas correntes e de capital. Sendo as Receitas correntes aquelas “receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras”. E as de capital “provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos” (BRASIL, 1964).

A receita pública passa por quatro etapas: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento (BRASIL, 2021). A previsão, segundo Silva (2003, p. 230) “indica a expectativa da receita por parte da Fazenda Pública e configura o que se pretende arrecadar no exercício financeiro com o objetivo de custear os serviços públicos programados para o mesmo período”. Mota (2009) esclarece que o lançamento seria representado pela identificação do devedor discriminando a espécie, quantia do pagamento. De acordo com, Silva (2009, p. 264), “o terceiro estágio é o ato pelo qual o estado recebe os tributos, multas e demais créditos a ele devidos. Tais recebimentos são promovidos pelos agentes da arrecadação”. O recolhimento “é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de Tesouraria de caixa (BRASIL, 2014, p. 58).

Bem como as Receitas, as Despesas orçamentárias, também são classificadas em duas categorias econômicas, sendo elas: Despesas correntes e Despesas de capital. As correntes são as despesas de custeio e transferências correntes. Já as de capital abrangem despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. (BRASIL, 1964). Para Platt

Neto (2022, p. 101), “as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, são categorizadas como Despesas Correntes”. E as que cuja contribuição é de forma direta para a realização ou compra de um bem capital, são as Despesas de Capital.

Em se tratando das despesas públicas, há três etapas: empenho, liquidação e pagamento. De acordo com a Lei nº 4320/1964, art. 58, empenho é “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição” (BRASIL 1964). Sem empenho prévio da despesa, torna-se vedada a realização. A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito em questão. Ainda de acordo com o art. 62 da Lei nº 4320/1964, o Pagamento, por sua vez, “só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação” (BRASIL, 1964).

Platt Neto (2022, p. 98) explica que “o Estado precisa incorrer em despesas para a manutenção da administração pública, viabilizar a prestação de serviços públicos e honrar o serviço da dívida. É justamente por conta dessas despesas que o Estado busca receitas, de modo totalmente diferente da essência empresarial.”

De acordo com o Procedimento Contábil 2, para a administração pública, as receitas e as despesas orçamentária possuem um papel importante, já que representam a quantia arrecadada da sociedade por intermédio dos impostos, que poderá retornar à sociedade por meio de geração de bens e serviços.

Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina-se que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (BRASIL, 2021).

2.4.2 Os reflexos do orçamento no patrimônio

Segundo o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, orçamento é um “instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período” (BRASIL, 2021, p. 37).

Pires e Motta (2006) enfatizam a importância do planejamento orçamentário do patrimônio público e fornecem exemplos dos países que mais se destacaram pelo desenvolvimento da técnica orçamentária, colocando em evidência Inglaterra, França e Estados Unidos.

Ainda em seu estudo, Pires e Motta trazem a descrição de Lyra Filho a respeito do termo *budget* (orçamento):

No seu sentido original significava bolsa de couro, que o Chanceler do Erário utilizava para levar ao Parlamento os documentos relativos à exposição das necessidades do Governo. Com o passar do tempo, a palavra começou a dignificar os documentos de receitas e despesas contidos nessa bolsa que eram submetidos à apreciação do Parlamento (PIRES; MOTTA, 2006, p. 18).

Bezerra Filho (2014) ressalta que entre os principais instrumentos administrativos criados até o século XX, o que mais alcançou grande notabilidade foi o planejamento. A cada ano, orçamento e planejamento se aproximaram mais.

Por sua vez, Santos e Camacho (2014, p. 84) estabelecem que orçamento público “pode ser considerado como um instrumento de planejamento através do qual as políticas públicas são ordenadas segundo prioridades e selecionadas para integrar o plano de ação do governo, de acordo com os recursos disponíveis para financiar tais gastos.”

Nesse sentido, conforme relato de Burkhead (1971), quando se conhecem suas fontes e impactos, evita-se o avanço excessivo e descontrolado da tributação sobre suas rendas, patrimônios e atividades, confirmando, assim, a razão inicial do surgimento da orçamentação, que teve como propósito impor limites aos gastos da gestão pública, para frear os riscos de aumento dos tributos.

Para o processo orçamentário, a relação entre a receita e a despesa tem papel fundamental, posto que “a previsão da receita dimensiona a capacidade governamental em autorizar a despesa, entendendo a receita orçamentária como o mecanismo de financiamento do Estado, sendo considerada também a decorrente de operações de crédito” (BRASIL, 2021 p. 35). Além disso, de acordo com o art. 9º da LRF, a arrecadação é instrumento condicionante da execução orçamentária da despesa (BRASIL, 2000).

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se o enquadramento metodológico com o intuito de fornecer os detalhes processuais de como o estudo foi realizado; na sequência apresenta-se a caracterização do estudo de caso e os procedimentos de coleta e análise de dados, bem como o processo da pesquisa.

3.1 Enquadramento metodológico

Em termos metodológicos, trata-se de um estudo de caso, além de ter sido realizada pesquisa descritiva para construção do referencial teórico e para atingir os objetivos uma abordagem quantitativa, tendo em vista a análise de dados coletadas dos demonstrativos de Florianópolis.

A pesquisa teve como objeto analisar o patrimônio público nos últimos três anos, de 2018 a 2020. Considera-se um estudo de caso, que vez é caracterizado por uma pesquisa extenuante de poucos objetos ou somente um objeto, com intuito de permitir conhecimento detalhado sobre determinado assunto. Para a realização de um estudo de caso, podem ser utilizadas diferentes fontes de investigação, como: entrevistas, questionários e observação (GIL, 1999; YIN, 2001).

De acordo com Triviños (1987, p. 110) “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Em relação à parte quantitativa do presente trabalho, houve coleta de dados e, de acordo com Richardson (1999, p. 70), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.”

3.2 Caracterização do estudo de caso

Este trabalho utilizou dados das Demonstrações de Variação Patrimonial, Balanço Patrimonial e Balanço Orçamentário do Município de Florianópolis.

O Município de Florianópolis é a capital de seu Estado de Santa Catarina, tendo uma população de 516.524 habitantes, de acordo com estatísticas do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). Sua principal fonte de renda deriva do comércio e prestadoras de serviços, destacando-se o turismo e o setor de tecnologia da

informação, representando mais de 86,00% de seu total da renda gerada ao Produto Interno Bruto do Município em 2010 (IBGE, 2015).

3.3 Procedimento metodológico

Para alcançar os objetivos, utilizaram-se as Demonstrações da Variação Patrimonial, Balanços Patrimoniais e Balanços Orçamentários, disponibilizados pela prefeitura de Florianópolis de forma eletrônica. A pesquisa foi constituída por Normas da Constituição Federal, Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, monografias, livros e artigos científicos. Os passos a seguir foram fundamentados por Campagnoni e Platt Neto (2014).

Alguns passos foram seguidos, a fim de objetivar e organizar os dados da pesquisa:

Primeira etapa: Revisão literária, buscando os conceitos em torno do orçamento público, receitas, despesas e variação patrimonial;

Segunda etapa: Levantamento dos demonstrativos do Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Variação das Demonstrações Patrimoniais;

Terceira etapa: Coletar e tabular os dados em planilha eletrônica, sobre o Ativo não Circulante, Receita e Despesas, a fim de averiguar os dados apresentados;

Quarta etapa: Atualização monetária com base no IPCA;

Quinta etapa: Conversão de alguns dados em gráficos, a fim de obter uma melhor visualização na comparação dos anos;

Sexta etapa: Apresentar análise efetuada, por meio de gráficos, tabelas e texto.

A coleta de dados deu-se por meio do acesso ao sítio eletrônico do Portal da Transparência da Prefeitura de Florianópolis. Foram obtidos os Balanços Orçamentários, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais dos anos de 2018, 2019 e 2020.

Ressalta-se que, numa análise comparativa de valores monetários, em diferentes anos, há a necessidade de preocupar-se com a atualização destes valores, uma vez que haverá diferentes níveis de poder aquisitivo da moeda (ASSAF NETO, 2012).

A fim de corrigir isto, e ter bases confiáveis para realizar a análise das Demonstrações Contábeis, os valores foram atualizados através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), produzido e divulgado pelo IBGE, para atualização das Demonstrações Contábeis do Setor Público (SILVA, 2012), utilizando o índice de novembro de 2022 sobre os valores coletados dos demonstrativos do Município de Florianópolis.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentadas a análise e a verificação dos resultados por meio dos dados coletados, utilizando a pesquisa documental realizada nos demonstrativos disponibilizados no Portal da Transparência da Prefeitura de Florianópolis.

4.1 Análise ativo não circulante

Com o intuito de analisar o Ativo não circulante do município de Florianópolis, foram extraídos os saldos do Balanço Patrimonial do exercício de 2018 a 2020. Todos os valores foram corrigidos monetariamente pelo índice IPCA (IBGE, 2023). Nesse sentido, apresenta-se a seguir a Tabela 1, para fins de comparação das contas do ativo.

Tabela 1 – Parâmetros para comparação das contas do Ativo 2018 a 2020

TÍTULO	2018	2019	2020
Ativo circulante	700.984.259,85	742.874.496,45	954.843.525,89
Caixa e equivalentes de caixa	179.098.671,91	198.338.029,10	365.099.037,47
Créditos a curto prazo	276.484.192,79	316.005.340,38	377.576.757,82
Demais créditos e valores a curto prazo	222.936.508,97	213.000.652,71	203.260.359,17
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	20.552.938,58	13.083.877,71	5.497.794,85
Estoques	1.626.124,84	1.748.847,31	2.283.608,78
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	285.822,76	697.749,24	1.125.967,80
Ativo não circulante	1.550.864.578,05	1.871.171.774,59	2.182.760.874,91
Ativo realizável a longo prazo	895.113.999,38	993.841.387,16	1.114.354.893,04
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	655.685.548,41	877.265.357,17	1.067.521.830,16
Intangível	65.030,26	65.030,26	884.151,71
Total ativo	2.251.848.837,91	2.614.046.271,03	3.137.604.400,80

*Valores Monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 30/11/2022

Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Na Tabela 1, é possível verificar que uma evolução do total do ativo no decorrer dos anos de 2018 a 2020, mais especificamente do Ativo não circulante, um dos objetos de estudo desta pesquisa. Houve um aumento no grupo de 16,7% no comparativo entre os anos de 2020 e 2019, e de 20,7% entre 2019 e 2018. Salienta-se ainda que, durante o período analisado, houve o aumento de R\$ 631.896.296,90.

As contas que obtiveram uma parcela maior dentro do grupo, nos três anos analisados, se destacam o Ativo realizável a longo prazo com a média de 53,96%, e o Imobilizado com a média de 46,02% do Ativo não circulante. Ressalta-se que o aumento do Ativo imobilizado do último ano é identificado nas notas explicativas, pela compra de imóveis no respectivo ano de 2020.

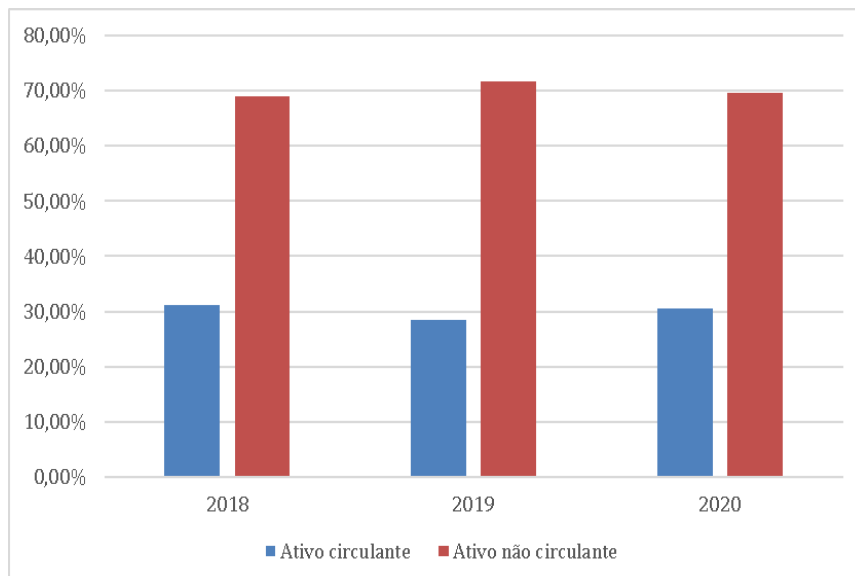
Observou-se ainda que não houve valores contabilizados como investimentos. Ao analisar a Nota Explicativa dos três períodos, não houve informações sobre o subgrupo. Porém, sobre o ativo intangível foi destacado nas Notas Explicativas que “não há ativos intangíveis registrados no Balanço Patrimonial do ente”. Essa informação, no entanto, diverge dos Balanços Patrimoniais disponíveis; nestes os valores se mantiveram estáveis entre 2018 e 2019, já em 2020 houve um aumento de R\$ 819.121,45. Na Tabela 2, bem como no Gráfico 1, apresenta-se o percentual de distribuição do ativo.

Tabela 2 – Percentual do Ativo circulante e Ativo não circulante em relação ao Ativo total do Município de Florianópolis - 2018 a 2020

TÍTULO	2018	2018	2020
Ativo circulante	31,13%	28,42%	30,43%
Ativo não circulante	68,87%	71,58%	69,57%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Gráfico 1 – Percentual do Ativo circulante e Ativo não circulante em relação ao Ativo total do Município de Florianópolis - 2018 a 2020



Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Do que se trata da representatividade do Ativo não circulante em relação ao total do ativo, verifica-se que, em todos os anos, representou uma parcela superior ao Ativo circulante. Em 2020: 69,57% em 2019: 71,58% e 68,87% no ano de 2018.

4.2 Análise evolução patrimonial

A partir do ano de 2009, com a Portaria STN/SOF nº 4 de 30/11/2010, sob o enfoque patrimonial, as Receitas passam a ser representadas através das Variações patrimoniais aumentativas e as Despesas pelas Variações patrimoniais diminutivas.

Nesse sentido, a fim de analisar as Variações patrimoniais aumentativas e Variações patrimoniais diminutivas do Município de Florianópolis, foram extraídos os saldos da Demonstração de Variação Patrimonial do exercício de 2018 a 2020. Todos os valores foram corrigidos monetariamente pelo índice IPCA. A Tabela 3, mostra o total das receitas.

Tabela 3 – Parâmetros para comparação da receita total – 2018 a 2020

Especificação	2018	2019	2020
	Valores (R\$)	Valores (R\$)	Valores (R\$)
Variações patrimoniais aumentativas	3.810.282.187	3.409.811.320	3.649.899.428
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	968.224.740	1.096.367.983	1.010.657.375
Impostos	850.105.363	978.136.367	987.436.897
Taxas	118.119.215	118.231.615	23.220.478
Contribuição de melhoria	162	-	-
Contribuições	627.649.579	160.537.724	271.082.086
Contribuições sociais	578.971.983	104.461.448	222.755.375
Contribuições de intervenção no domínio econômico	4.975.819	4.870.395	3.969.350
Contribuição de iluminação pública	43.701.778	51.205.880	44.357.360
Contribuições de interesse das categorias profissionais	-	-	-
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	10.558.152	6.028.712	6.648.927
Venda de mercadorias	-	-	-
Venda de produtos	-	-	-
Exploração de bens e direitos e prestação de serviços	10.558.152	6.028.712	6.648.927
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	103.760.490	99.573.750	90.515.353
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos	-	-	2.726.517
Juros e encargos de mora	89.139.974	85.238.528	82.686.556

Continuação Tabela 3

Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	14.620.516	12.022.228	5.102.279
Outras variações patrimoniais aumentativas – financeiras	-	2.312.994	-
Transferências e delegações recebidas	1.320.606.958	1.333.914.150	1.457.680.714
Transferências intragovernamentais	573.989.939	618.679.801	636.201.759
Transferências intergovernamentais	744.640.167	714.314.657	820.787.829
Transferências das instituições privadas	1.156.961	919.692	691.126
Transferências de pessoas físicas	819.891	-	-
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	658.423.346	286.613.583	288.137.594
Reavaliação de ativos	1.577.973	-	-
Ganhos com incorporação de ativos	384.206.817	13.782	139.440.043
Ganhos desincorporação de passivos	465.362.252	192.011.738	132.536.463
Cancelamento de restos a pagar	118.119.215	94.588.063	16.161.088
Outras variações patrimoniais aumentativas	121.058.923	426.775.418	525.177.379
Reversão de provisões e ajustes de perdas	86.177.622	-	-
Diversas variações patrimoniais aumentativas	34.881.301	426.775.418	525.177.379
Total das variações patrimoniais aumentativas (I)	3.810.282.187	3.409.811.320	3.649.899.428

*Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 30/11/2022

Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Em relação às receitas, também conhecidas como Variações patrimoniais aumentativas, foi identificado um decréscimo de -11% dentre os anos de 2019 e 2018, o equivalente em reais de R\$ 400.470.867,00. Porém, no ano seguinte, em 2020, as receitas evoluíram 7%, o equivalente a R\$ 240.088.108, em relação ao ano anterior. Ao analisar comparativamente os anos, destacaram-se duas contas com maior impacto, sendo elas: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, que representam do total das receitas 25%, 32% e 27%, em 2018, 2019 e 2020, respectivamente. E como principal composição das Receitas Totais, nos três anos há as Transferências e Delegações Recebidas, na média de 38% aproximadamente.

No último ano de que se trata de subcontas, três tiveram destaque nessa evolução, sendo elas: Impostos, Transferências Intergovernamentais e Intragovernamentais. Além destas, a conta Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, com exceção ao ano de 2018, representa apenas 0,92% das Receita Total. Em relação aos anos subsequentes, houve um aumento de 12% e 14%. A Tabela 4, apresenta as despesas do Município de Florianópolis nos anos de 2018-2020.

Tabela 4 – Parâmetros para comparação da despesa total - 2018 a 2020

Especificação	2018	2019	2020
	Valores (R\$)	Valores (R\$)	Valores (R\$)
Variações patrimoniais diminutivas	6.967.547.650	3.467.590.299	3.669.540.744
Pessoal e encargos	993.530.098	1.155.910.626	1.310.977.177
Remuneração a pessoal	846.868.603	889.452.861	923.099.867
Encargos patronais	138.797.607	145.437.911	156.547.998
Benefícios a pessoal	1.700.253	14.561.060	4.879.840
Outras variações patrimoniais diminutivas - pessoal e encargos	6.163.635	106.458.793	226.449.471
Benefícios previdenciários e assistenciais	217.384.589	252.497.633	290.004.901
Aposentadorias e reformas	198.087.419	229.063.232	265.411.961
Continuação Tabela 4			
Pensões	18.215.714	19.408.259	22.747.932
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	1.081.456	4.026.142	1.845.007
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	406.824.967	458.977.048	431.005.114
Uso de material de consumo	77.206.044	80.396.077	75.194.303
Serviços	329.425.541	377.147.790	352.548.230
Depreciação, amortização e exaustão	193.381	1.433.180	3.262.581
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	19.364.803	11.174.494	117.092.663
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos	18.379.931	9.955.587	81.804.656
Juros e encargos de mora	167	18.470	122.848
Variações monetárias e cambiais	-	448	31.619.615
Outras variações patrimoniais diminutivas - financeiras	984.687	1.199.990	3.545.545
Transferências e delegações concedidas	740.020.057	816.655.596	809.088.958
Transferências intragovernamentais	573.989.939	618.679.801	636.201.759
Transferências intergovernamentais	80.466.243	85.241.033	85.410.735
Transferências às instituições privadas	83.156.610	111.917.535	84.264.314
Execução orçamentária delegada a entes	27.028	421.506	7.436
Outras transferências e delegações concedidas	2.380.236	395.720	3.204.713
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	413.498.074	279.059.989	208.917.646
Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	602.740	107.373	590.591
Incorporação de passivos	397.374.627	270.071.635	179.018.946

Continuação Tabela 4

Desincorporação de ativos	15.520.708	8.880.982	29.308.110
Tributárias	25.367.683	26.286.215	26.605.700
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	793.809	793.363	929.693
Contribuições	24.573.874	25.492.853	25.676.007
Outras variações patrimoniais diminutivas	4.151.557.380	467.028.698	475.848.585
Premiações	18.450	27.912	1.604.323
Incentivos	-	-	1.022
Subvenções econômicas	-	23.969	-
Diversas variações patrimoniais diminutivas	4.150.906.672	5.539.807	2.407.531

*Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 30/11/2022

Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Nas despesas, também conhecidas como Variação patrimonial diminutiva, ficou perceptível que o ano de 2018 teve valores discrepantes em relação aos anos de 2019 e 2020. Analisando o Demonstrativo, ficou evidenciado que o grupo Outras Variações patrimoniais diminutivas gerou esse impacto, com uma diferença de aproximadamente 89% em relação aos anos de 2019 e a 2020. Ressalta-se que não há detalhamento em notas explicativas sobre o fato.

A Tabela 5 apresenta a situação patrimonial do município de Florianópolis no período avaliado, bem como o comparativo entre eles.

Tabela 5 – Resultado Patrimonial dos Períodos - 2018 a 2020

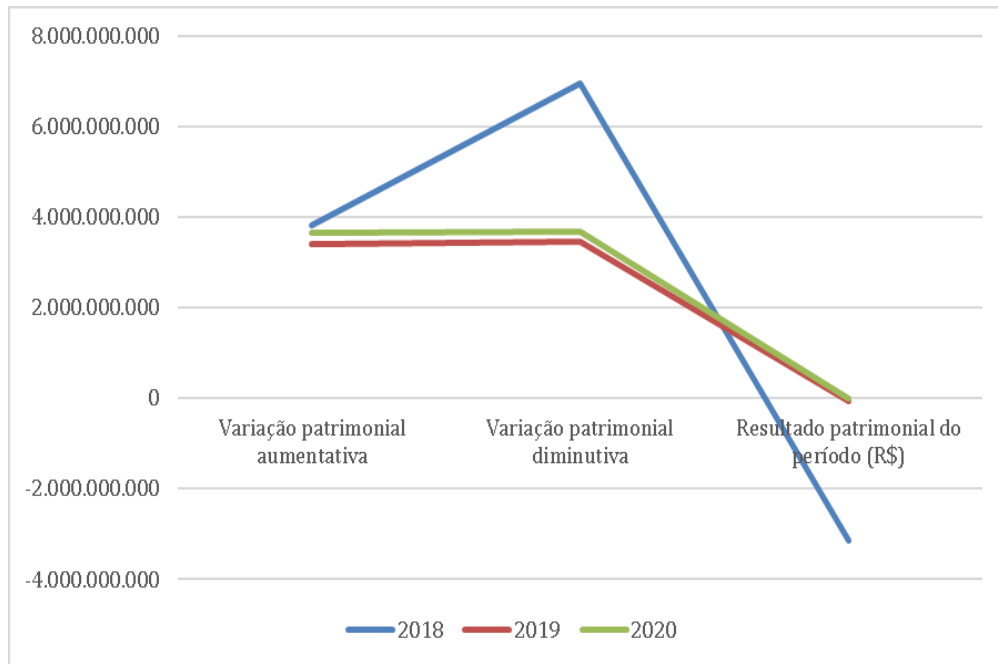
Anos	2018	2019	2020
Variação patrimonial aumentativa	3.810.282.187	3.409.811.320	3.649.899.428
Variação patrimonial diminutiva	6.967.547.650	3.467.590.299	3.669.540.744
Resultado patrimonial do período (R\$)	- 3.157.265.463	- 57.778.979	- 19.641.316
Situação	Déficit	Déficit	Déficit

*Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 30/11/2022

Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Verificou-se que a Prefeitura de Florianópolis teve o Resultado patrimonial negativo em todos os períodos, ou seja, as Despesas foram maiores que as Receitas, resultando no déficit. No entanto, na Tabela 5 demonstra-se que houve uma melhora entre a Variação patrimonial aumentativa e a Variação patrimonial diminutiva, já que o resultado foi de 3 trilhões negativos a 20 bilhões, de 2018 a 2020. Com o intuito de facilitar a demonstração do Resultado patrimonial, apresenta-se o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Resultado Patrimonial dos Períodos - 2018 a 2020



Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

4.3 Análise das receitas, despesas orçamentárias e ativo não circulante

A fim de analisar as receitas e despesas do Município de Florianópolis, foram extraídos os saldos do Balanço orçamentário do exercício de 2018-2020. Todos os valores foram corrigidos monetariamente pelo IPCA. A Tabela 6 apresenta as contas das receitas dos exercícios de 2018 a 2020.

Tabela 6 – Análise Vertical das Receitas do Balanço Orçamentário de 2018 a 2020

TÍTULO	2018		2019		2020	
	Receita Executada	A.V.	Receita Executada	A.V.	Receita Executada	A.V.
		%		%		%
Receitas correntes	1.805.755.410	97,45%	2.157.300.375	94,47%	2.279.812.716	93,67%
Receita tributária	985.055.088	53,16%	1.064.104.385	46,60%	1.084.998.777	44,58%
Receita de contribuições	106.242.729	5,73%	299.062.263	13,10%	305.479.385	12,55%
Receita patrimonial	25.110.221	1,36%	49.542.114	2,17%	10.053.536	0,41%
Receita de serviços	82.282	0,00%	1.899.931	0,08%	1.730.745	0,07%
Transferências correntes	649.830.862	35,07%	690.179.896	30,22%	838.689.527	34,46%
Outras receitas correntes	39.434.227	2,13%	52.511.786	2,30%	38.860.746	1,60%

Continuação Tabela 6						
Receitas de capital	47.164.427	2,55%	126.249.787	5,53%	154.136.305	6,33%
Operações de crédito	23.748.927	1,28%	118.473.580	5,19%	140.353.122	5,77%
Alienação de bens	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Amortização de empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Transferências de capital	23.415.499	1,26%	7.776.208	0,34%	13.783.183	0,57%
TOTAL	1.852.919.836	100,00%	2.283.550.162	100,00%	2.433.949.021	100,00%

*Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 30/11/2022

Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Ao analisar a Tabela 6, identificou-se que as Receitas Correntes constituem mais de 90% da composição da Receita Total, nos três anos analisados. Conseqüentemente, isso causa um impacto maior no Resultado Orçamentário da Prefeitura de Florianópolis em relação à Receita de Capital.

Referente às contas que integram as Receitas Correntes, houve destaque para as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes. Em 2018, a Receita Tributária atingiu 53,16% das receitas totais, verificou-se uma queda em 2019 para 46,60%, porém uma evolução no ano seguinte para 47,59%. As Receitas de Transferência tiveram uma evolução de 29,06% em 2020 com relação a 2018, representaram uma média de 33,25% das receitas totais nos três anos analisados.

De acordo com o *Manual de contabilidade aplicada ao setor público*, as Receitas de Transferências Correntes “são os recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou financiamento relacionadas a uma finalidade pública específica” (BRASIL, 2021, p. 47).

Ainda sobre as receitas correntes, na subconta receita de serviços, foram as que apresentaram a maior evolução, de aproximadamente 2000%. Em 2018, totalizam R\$ 82.282, aumentando para R\$ 1.899.931 no ano seguinte, e em 2020 com R\$ 1.730.745, apesar de terem representado a maior evolução, representavam apenas 0,07% da receita total no último ano analisado.

Tratando-se das receitas de capital, a subcontas de operações de crédito tiveram um aumento significativo, com um percentual de 226,81% no ano de 2020 em relação a 2018. Essas receitas “são recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidas junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas (BRASIL, 2021, p. 48).

A Tabela 7 evidencia as contas e subcontas que integram as despesas dos exercícios de 2018 a 2020.

Tabela 7 – Análise Vertical das Despesas do Balanço Orçamentário de 2018 a 2020

Categorias econômicas e origens da despesa	2018		2019		2020	
	Despesa Empenhada	A.V.	Despesa Empenhada	A.V.	Despesa Empenhada	A.V.
		%		%		%
Despesas correntes	1.692.693.262	83,42%	1.852.478.917	80,33%	1.872.877.457	79,84%
Pessoal e encargos sociais	1.079.655.268	53,21%	1.145.498.335	49,67%	1.219.861.701	52,01%
Juros e encargos da dívida	6.545.604	0,32%	8.988.825	0,39%	11.350.385	0,48%
Outras despesas correntes	606.492.391	29,89%	697.991.756	30,27%	641.665.371	27,36%
Despesas de capital	223.552.416	11,02%	294.634.019	12,78%	273.596.683	11,66%
Investimentos	129.385.396	6,38%	227.623.829	9,87%	203.006.436	8,65%
Inversões financeiras	-	0,00%	88.960	0,00%	-	0,00%
Amortização Dívida/Refin. da dívida	94.167.020	4,64%	67.010.190	2,91%	70.590.247	3,01%
Despesas intraorçamentárias	112.932.590	5,57%	159.042.788	6,90%	199.168.597	8,49%
Totais	2.029.178.268		2.306.155.724		2.345.642.738	

*Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 30/11/2022

Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Analisando as Despesas no Balanço Orçamentário do município, verifica-se que as despesas correntes correspondem a aproximadamente à média de 80% das despesas totais nos anos analisados. Em comparação com as subcontas, as de maiores valores são pessoais e encargos sociais e outras despesas correntes.

A Tabela 8 e o Gráfico 3 apresentam a situação orçamentária do Município de Florianópolis no período avaliado, bem como o comparativo entre eles.

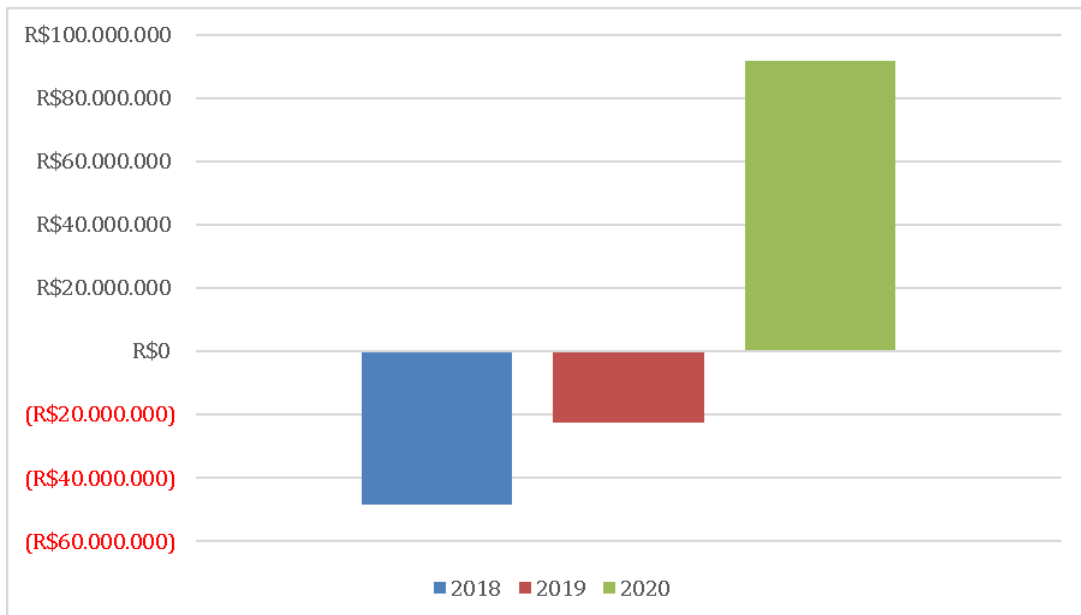
Tabela 8 – Resultado Orçamentário de 2018 a 2020

Anos	2018	2019	2020
Receitas	R\$ 1.980.660.370	R\$ 2.283.550.162	R\$ 2.437.313.659
Despesas	R\$ 2.029.178.268	R\$ 2.306.155.724	R\$ 2.345.642.738
Resultado orçamentário (R\$)	-R\$ 48.517.898	-R\$ 22.605.561	R\$ 91.670.922
Resultado orçamentário	Déficit	Déficit	Superávit

*Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 30/11/2022

Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Gráfico 3 – Resultado Orçamentário de 2018 a 2020



Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

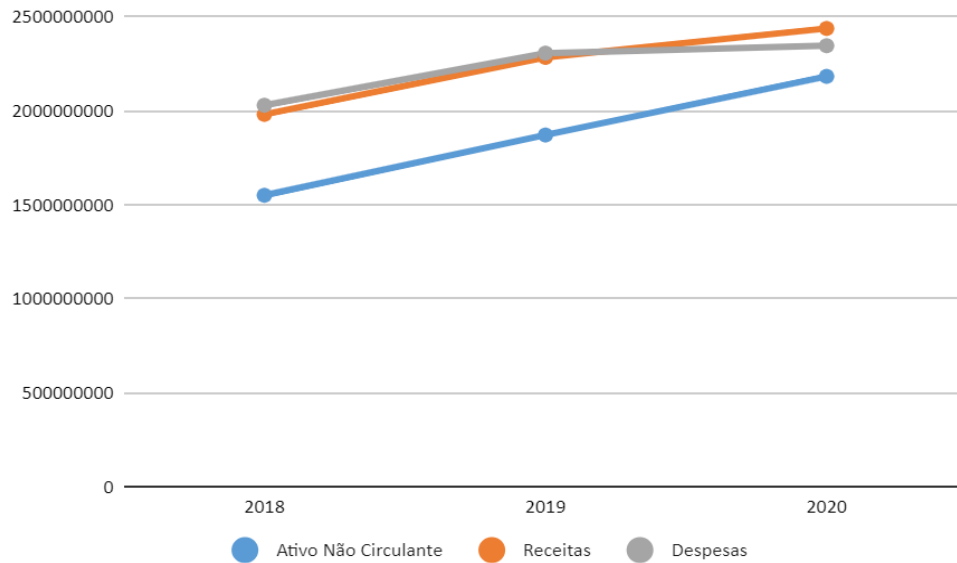
Ao analisar o total das receitas, percebe-se um aumento progressivo durante os anos, bem como as despesas totais. No ano de 2018 e 2019, a prefeitura de Florianópolis teve um resultado negativo, já que as Despesas superaram as Receitas, também conhecido como Déficit Orçamentário. Porém, nas notas explicativas no ano de 2019, foi destacado que se desconsiderar o déficit previdenciário de R\$ 18.053.891, a prefeitura ainda teria registrado um déficit, mas de valor inferior de R\$ 3.448.592. Já no ano seguinte, de 2020, as receitas superaram as despesas, gerando o superávit orçamentário.

No entanto, a conta que resultou no aumento de 2020 foi a de Transferências correntes, conforme mencionado nas notas explicativas devido a repasses “recebidos da União em função da Lei Federal nº 14.017/2020 (Ações Emergenciais destinadas ao Setor Cultural) e foi a

responsável pelo excesso de arrecadação no ano de 2020. Fato que não poderia ter sido previsto, já que foi originada por um fato atípico (Pandemia do Coronavírus - COVID 19).”

Conforme Gráfico 1, é possível observar que a evolução do ativo não circulante teve o mesmo comportamento que as receitas e despesas no período analisado de 2018 a 2020.

Gráfico 4 – Evolução do ativo não circulante, receita e despesa



Fonte: Elaboração própria partir de PMF (2022)

Em 2018 e 2019, o déficit orçamentário pode ter refletido uma variação patrimonial deficitária, o que pode ser confirmada na análise da variação patrimonial da Tabela 5. Já no ano de 2020, mesmo havendo superávit orçamentário, a situação patrimonial continuou deficitária. No entanto, observa-se que houve redução significativa do déficit em relação ao ano de 2019, o que pode revelar recuperação orçamentária e patrimonial. No que compete ao ativo não circulante, verifica-se no Gráfico 1 o aumento progressivo no decorrer dos períodos analisados.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar o reflexo das receitas e despesas na evolução do ativo não circulante do Município de Florianópolis, das competências referente aos anos de 2018 a 2020, explorando os arquivos de Demonstração da Variação Patrimonial, Balanço Orçamentário e Balanço Patrimonial.

No que compete ao total do Ativo não circulante, observou-se que a cada ano se obteve um crescimento dos valores e nenhum decréscimo. Dessa maneira, alcançou-se uma evolução positiva de 40,74% do ano de 2020 a 2018. Verificou-se que, sobre o ativo total, nos três anos o ativo não circulante teve mais expressividade, compondo 69,57% em 2020. O ativo imobilizado e o ativo realizável a longo prazo foram as contas que se mais se destacaram, com um acréscimo de 62,81% e 24,49%, respectivamente.

No que compete à evolução das receitas e despesas, identificou-se um aumento progressivo. Apesar do aumento dos saldos, o Município apresentou déficit orçamentário em 2018 e 2019; porém, em 2020, obteve um superávit orçamentário. A conta que resultou em aumento foi a de Transferências Correntes.

Do que tange à evolução patrimonial, o Município obteve um déficit nos três anos analisados. No entanto, demonstrou uma melhora entre a Variação patrimonial aumentativa e a Variação patrimonial diminutiva, já que o resultado foi de 3 trilhões negativos a 20 bilhões de 2018 a 2020.

Verificou-se, ao relacionar as receitas e despesas com o ativo não circulante, o crescente aumento nos três anos, com exceção da despesa em 2020, que diminuiu, resultando no superávit orçamentário, o que demonstra um impacto positivo no orçamento.

Quanto ao reflexo das receitas e despesas na variação patrimonial, identificou-se que o déficit orçamentário de 2018 e 2019 pode ter ocasionado uma variação patrimonial deficitária. Já no ano de 2020, mesmo com o superávit orçamentário, a situação patrimonial se manteve. No entanto, observou-se uma redução significativa no déficit em relação a 2019, o que pode revelar uma recuperação orçamentária patrimonial.

Durante o andamento da pesquisa, limitações foram encontradas. Apesar de no sítio eletrônico do Município de Florianópolis existir a possibilidade de solicitar os dados por meio virtual, há demora na agilidade da prestação desse serviço. Outra limitação foi a dificuldade de encontrar as publicações dos demonstrativos no respectivo endereço eletrônico.

Para pesquisas futuras, tendo em vista o tema em constante evolução, outros dados estarão disponíveis, enriquecendo uma posterior pesquisa com esse mesmo foco, bem como a análise dos demais demonstrativos disponibilizados e as contas do Município de Florianópolis.

REFERÊNCIAS


- ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2021.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 2012.
- BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade aplicada ao setor público**: abordagem simples e objetiva. São Paulo, Atlas, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#art2045. Acesso em: 27 jun. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.** Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Instruções de procedimentos contábeis.** IPC 05: metodologia para elaboração da demonstração das variações patrimoniais. 2014. Disponível em: https://www.tcm.go.gov.br/portalgt/wp-content/uploads/2014/06/IPC05_DVP.pdf. Acesso em: 9 jun. 2022.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público.** 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BURKHEAD, Jesse. **Orçamento público.** Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- CAMPAGNONI, M.; PLATT NETO, O. A observância dos limites para despesas com pessoal entre poderes e órgãos da União no período de 2000 a 2013. In: **Anais do Congresso**

- UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica.** 2014. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140422034436.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 26:** apresentação das demonstrações contábeis. 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2021.pdf. Acesso em: 8 dez. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP 16.2:** patrimônio e sistemas contábeis. 2012. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. Acesso em: 8 dez. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP 07:** ativo imobilizável. 2017. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTSP07&arquivo=N BCTSP07.docx. Acesso em: 8 dez. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP 08:** ativo intangível. 2017. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTSP08&arquivo=NBCTSP08.docx. Acesso em: 8 dez. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP 13:** apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis. 2018. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2018/NBCTSP13&arquivo=N BCTSP13.doc. Acesso em: 8 dez. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP 34:** custos no setor público. 2021. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2021/NBCTSP34&arquivo=NBCTSP34.doc. Acesso em: 8 dez. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução 2016/NBCTSPEC.** Aprova a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. 2016. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=N BCTSPEC.doc. Acesso em: 8 dez. 2022.
- FEIJÓ, P. H. Entrevista. **Revista TCEMG**, v. 85, n. 4, p. 15-27, 2012. Disponível em: <http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1721.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- FIJOR, Thiago F. Albert. **O controle patrimonial como ferramenta de governança pública:** o caso da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

- LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; COLARES, André Felipe V; ANDRADE, Izabela Cristina F. Transparência da gestão fiscal pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado de Minas Gerais. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 26, n. 2, p. 114-136, 2015. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2647>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- GAMA, J. R.; DUQUE, C. G.; ALMEIDA, J. E. F. Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública vis-à-vis as estratégias *topdown* e *bottom-up*. **Revista de Administração Pública**, v.48, n. 1, p.183-206, 2014.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 12 de set. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice nacional de preços ao consumidor amplo**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2014.
- LYRA FILHO, João. **Despesas versus receitas**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2016.
- MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2022.
- MOTA, F. G. L. **Contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Gestão Pública, 2009.
- NERES, Luciano. A mensuração do patrimônio público municipal: do sucateamento à supervalorização, os efeitos da depreciação sobre resultado patrimonial. **Pensar Contábil**. 2004. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2333/2026>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- PIRES, José Santo dal Bem; MOTTA, Walmir Francelino. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 25, n. 2, p. 16-25, 2006. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/41805/a-evolucao-historica-do-orcamento-publico-e-sua-importancia-para-a-sociedade>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- PLATT NETO, O. A. **Contabilidade Pública: atualizada e focada**. 28. ed. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/360458294>. Acesso em: 10 ago. 2022.


- PREFEITURA MUNICIPAL FLORIANÓPOLIS. **Portal da Transparência**. 2022. Disponível em <https://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/index.php>. Acesso em: 9 jun. 2022.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2011.
- SANTOS, L. A.; CAMACHO, E. U. Orçamento público municipal: uma análise no município de Cosmópolis/SP com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 2, p. 82-94, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/17141/11316>. Acesso em: 9 jun. 2022.
- SILVA, Lino Martins. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 2009.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- YIN, R. K. Estudo de caso. **Planejamento e método**. Porto Alegre, Bookman, 2001.

ANEXO 1
BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
2018 A 2020

BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14	
	
Município de FLORIANÓPOLIS Competência: 06/2018	
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	12.005.437,64
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	33.966.664,55
Estoques	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00
Investimentos	0,00
Participações Permanentes	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente	0,00
Propriedades para Investimento	0,00
(-) Depreciação acumulada de Investimentos	0,00
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais	0,00
Imobilizado	623.690.239,14
Bens Móveis	187.430.605,82
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-183.945,08
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis	0,00
Bens Imóveis	436.443.578,40
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	0,00
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis	0,00
Intangível	61.857,00
Diferido	0,00
Total do Ativo Não Circulante	1.475.187.461,29
TOTAL DO ATIVO	2.141.965.982,98

Página 2 de 7

e-Sfinge Web - Gerado em: 16/04/2019 - 20:15

BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14	
	
Município de FLORIANÓPOLIS Competência: 06/2018	
ATIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa	170.359.242,76
Créditos a Curto Prazo	173.933.164,21
Créditos Tributários a Receber	29.237.844,44
Clientes	0,00
Créditos de Transferências a Receber	649.528,75
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
Dívida Aliva Tributária	184.762.603,59
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	73.672.371,51
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.908.165,03
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	212.057.938,81
Títulos e valores mobiliários	19.550.022,43
Investimento do RPPS	19.550.022,43
Aplicações em segmentos de Imóveis	0,00
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporárias	0,00
Estoques	1.546.775,27
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	0,00
Varição Patrimonial Diminutiva Pagas Antecipadamente	271.875,54
Total do Ativo Circulante	666.778.821,69
ATIVO NÃO CIRCULANTE	851.435.365,15
Ativo Realizável a Longo Prazo	851.435.365,15
Créditos a Longo Prazo	805.463.262,96
Créditos Tributários a Receber	0,00
Clientes	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
Dívida Aliva Tributária	805.463.262,96
Dívida Aliva Não Tributária	0,00

Página 1 de 7

e-Sfinge Web - Gerado em: 16/04/2019 - 20:15


BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

 Município de FLORIANÓPOLIS
 Competência: 06/2019

	289.522.056,54	0,00	-
Divida Ativa Não Tributária			
Créditos previdenciários do RPPS	0,00	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	12.087.681,81		12.005.437,64
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	33.966.664,55		33.966.664,55
Estoques	0,00	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente	0,00	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada de Investimentos	0,00	0,00	0,00
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento	0,00	0,00	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	834.457.678,27	623.690.239,14	
Bens Móveis	222.496.544,21	187.430.605,82	
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-1.547.190,66	-183.945,08	
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis	0,00	0,00	
Bens Imóveis	613.506.324,72	436.443.578,40	
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	0,00	0,00	
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis	0,00	0,00	
Intangível	61.857,00	61.857,00	0,00
Diferido	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	1.779.864.714,72	1.475.187.461,29	


BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

 Município de FLORIANÓPOLIS
 Competência: 06/2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	188.659.782,27	170.359.242,76
Créditos a Curto Prazo	300.585.313,78	282.992.668,88
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	649.528,75	649.528,75
Créditos de Transferências a Receber	2.200.127,34	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	184.762.603,59	184.762.603,59
Divida Ativa Tributária	81.803.689,61	73.672.371,51
Divida Ativa Não Tributária	31.169.364,49	3.908.165,03
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	202.606.917,83	212.057.936,81
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	12.445.427,29	19.550.022,43
Tributos e valores mobiliários	0,00	0,00
Investimento do RPPS	12.445.427,29	19.550.022,43
Aplicação temporária em metais preciosos	0,00	0,00
Aplicações em segmentos de Imóveis	0,00	0,00
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporárias	0,00	0,00
Estoques	1.663.509,28	1.546.775,27
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	0,00	0,00
Variação Patrimonial Diminutiva Pagas Antecipadamente	663.701,36	271.875,54
Total do Ativo Circulante	706.624.651,81	666.778.527,69
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	945.345.179,45	851.435.365,15
Créditos a Longo Prazo	899.290.833,09	805.463.262,96
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Divida Ativa Tributária	609.768.776,55	605.463.262,96

BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Município de FLORIANÓPOLIS
Exercício de 2020

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	347.283.399,10	188.659.782,27
Créditos a Curto Prazo	359.152.247,52	300.585.313,78
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	649.528,75	649.528,75
Créditos de Transferências a Receber	2.154.865,14	2.200.127,34
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	246.269.312,55	184.762.603,59
Dívida Ativa Tributária	83.965.605,78	81.803.689,61
Dívida Ativa Não Tributária	26.112.935,30	31.169.364,49
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	193.341.918,74	202.606.917,83
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	5.229.520,45	12.445.427,29
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Investimento do RPPS	5.229.520,45	12.445.427,29
Aplicação temporária em metais preciosos	0,00	0,00
Aplicações em segmentos de Imóveis	0,00	0,00
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporárias	0,00	0,00
Estoques	2.172.176,14	1.663.509,28
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	0,00	0,00
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	1.071.024,26	663.701,36
Total do Ativo Circulante	906.250.296,21	706.624.651,81
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.059.978.020,58	945.345.179,45
Créditos a Longo Prazo	1.014.193.805,36	899.290.833,09
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	703.686.296,02	609.768.776,55

BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Município de FLORIANÓPOLIS
Exercício de 2020

Dívida Ativa Não Tributária	310.497.509,34	289.522.056,54
Créditos previdenciários do RPPS	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	11.817.550,67	12.087.681,81
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	33.966.664,55	33.966.664,55
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada de Investimentos	0,00	0,00
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento	0,00	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais	0,00	0,00
Imobilizado	1.015.430.257,93	834.457.678,27
Bens Móveis	245.975.663,68	222.498.544,21
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-4.650.568,43	-1.547.190,66
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis	0,00	0,00
Bens Imóveis	774.105.162,68	613.506.324,72
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	841.008,00	61.657,00
Diferido	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	2.076.249.286,51	1.779.864.714,72

ANEXO 2

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

2018 A 2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALMunicípio de FLORIANÓPOLIS
Competência: 06/2018

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2.338.037.127,09	2.440.390.596,78	1.822.739.159,12	1.748.123.802,48	1.702.865.270,85	617.651.437,96
Despesas Correntes (IX)	1.846.307.786,00	1.849.939.733,37	1.810.095.369,61	1.674.800.646,05	1.541.438.852,19	228.835.883,76
Pessoal e Encargos Sociais	1.086.623.185,00	1.095.621.892,30	1.026.371.623,55	1.025.796.306,34	1.021.190.922,13	68.850.266,75
Juros e Encargos da Dívida	4.992.290,00	7.118.831,54	6.226.198,67	6.226.198,67	6.226.198,67	892.631,87
Outras Despesas Correntes	752.732.310,00	746.999.009,53	676.897.546,39	647.778.138,04	614.026.000,39	170.092.463,14
Despesas de Capital (X)	491.729.339,09	590.459.863,41	212.643.789,51	173.323.156,43	161.446.418,66	377.816.073,90
Investimentos	467.776.652,09	499.876.175,74	123.077.812,20	116.676.516,73	106.738.782,87	376.804.903,54
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida(*)	23.952.687,00	90.583.147,67	89.571.977,31	56.646.639,70	54.707.635,79	1.011.170,36
Reserva de Contingências (XI)	346.987,91	346.987,91				346.987,91
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)	120.994.574,00	155.635.174,64	107.421.848,80	104.458.112,61	95.400.517,88	48.213.325,84
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	2.459.376.660,00	2.596.372.769,33	1.930.161.007,92	1.852.581.915,09	1.798.285.788,73	666.211.751,41
Superveni (XIV)						
TOTAL (IV = XIII + XIV)	2.459.376.660,00	2.596.372.769,33	1.930.161.007,92	1.852.581.915,09	1.798.285.788,73	666.211.751,41
Reserva de RPPS	13.454.500,00	13.454.500,00				13.454.500,00
(*) Inclui a Amortização da Dívida/Refinanciamento						

2

e-Síngelo Web - Gerado em: 16/04/2019 - 20:13

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALMunicípio de FLORIANÓPOLIS
Competência: 06/2018

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.231.121.812,00	2.231.121.812,00	1.762.933.411,18	-468.618.400,82
Receitas Correntes (I)	1.875.906.906,00	1.875.906.906,00	1.717.640.654,20	-158.266.451,80
Renda Tributária	897.254.343,00	897.254.343,00	936.987.623,12	39.733.280,12
Receitas de Contribuições	87.235.453,00	87.235.453,00	101.056.431,56	13.822.978,56
Renda Patrimonial	42.708.500,00	42.708.500,00	23.884.923,95	-18.823.576,05
Renda Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda de Serviços	0,00	0,00	78.267,07	78.267,07
Transferências Correntes	638.265.103,00	638.265.103,00	618.121.242,50	-20.143.860,50
Outras Receitas Correntes	210.443.657,00	210.443.657,00	37.959.960,01	-172.833.490,99
Receitas de Capital (II)	355.214.906,00	355.214.906,00	44.892.956,98	-310.351.949,02
Operações de Crédito	216.182.232,00	216.182.232,00	22.590.057,46	-193.592.174,54
Alienação de Bens	3.113.022,00	3.113.022,00	0,00	-3.113.022,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	135.907.390,00	135.907.390,00	22.272.899,52	-113.234.490,48
Outras Receitas de Capital	412.262,00	412.262,00	0,00	-412.262,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	241.711.377,00	241.711.377,00	121.907.213,32	-120.204.163,68
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	2.472.833.189,00	2.472.833.189,00	1.884.010.624,50	-588.822.564,50
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	2.472.833.189,00	2.472.833.189,00	1.884.010.624,50	-588.822.564,50
DEFICIT (VII)			46.150.383,42	46.150.383,42
TOTAL (VIII = VI - VII)	2.472.833.189,00	2.472.833.189,00	1.930.161.007,92	-542.672.181,08
Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Atracados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	46.624.187,64	0,00	46.624.187,64
Reserva de créditos adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

1

e-Síngelo Web - Gerado em: 16/04/2019 - 20:13

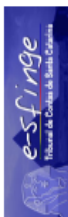


BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de FLORIANÓPOLIS
Competência: 06/2019

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.180.495.600,00	2.180.495.600,00	2.172.120.386,58	-8.375.213,42
Receitas Correntes (I)	2.118.196.758,00	2.118.196.758,00	2.052.031.175,80	-66.165.582,20
Receita Tributária	937.509.115,00	937.509.115,00	1.012.179.873,30	74.670.758,30
Receitas de Contribuições	343.356.915,00	343.356.915,00	294.469.002,73	-58.887.912,27
Receita Patrimonial	25.208.893,00	25.208.893,00	47.124.620,63	21.915.727,63
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.250.902,00	1.250.902,00	1.807.220,83	556.318,83
Transferências Correntes	668.844.640,00	668.844.640,00	656.501.375,24	-12.343.264,76
Outras Receitas Correntes	142.026.293,00	142.026.293,00	49.949.383,07	-92.076.909,93
Receitas de Capital (II)	62.298.842,00	62.298.842,00	120.089.210,78	57.790.368,78
Operações de Crédito	40.922.000,00	40.922.000,00	112.692.456,56	71.770.456,56
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	21.365.833,00	21.365.833,00	7.398.754,23	-13.967.078,77
Outras Receitas de Capital	11.000,00	11.000,00	0,00	-11.000,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	2.180.495.600,00	2.180.495.600,00	2.172.120.386,58	-8.375.213,42
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	2.180.495.600,00	2.180.495.600,00	2.172.120.386,58	-8.375.213,42
DÉFICIT (VII)			21.502.483,86	21.502.483,86
TOTAL (VIII = VI + VII)	2.180.495.600,00	2.180.495.600,00	2.193.622.870,44	13.127.270,44
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Atracados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro			62.399.100,97	62.399.100,97
Reabertura de créditos adicionais			0,00	0,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 27/02/2020 - 23:50



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de FLORIANÓPOLIS
Competência: 06/2019

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2.026.630.177,00	2.390.625.127,09	2.042.340.850,19	2.002.865.779,66	1.952.560.539,16	348.284.276,00
Despesas Correntes (IX)	1.801.248.718,03	1.919.560.693,50	1.762.084.007,05	1.730.701.840,93	1.692.830.852,27	157.476.686,45
Pessoal e Encargos Sociais	1.136.053.175,00	1.155.291.659,63	1.069.801.764,41	1.089.260.204,31	1.086.765.150,28	65.689.895,22
Juros e Encargos da Dívida	6.577.565,00	8.615.746,17	8.550.200,00	8.550.200,00	8.590.200,00	65.546,17
Outras Despesas Correntes	658.617.978,03	755.653.287,70	663.932.042,64	632.891.436,62	597.515.492,99	91.721.245,06
Despesas de Capital (X)	227.381.458,97	471.064.433,59	280.256.843,14	272.163.938,73	259.729.686,89	190.807.590,45
Investimentos	164.046.458,97	406.858.787,97	216.516.531,23	208.423.626,62	196.242.497,99	190.342.256,74
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida(*)	63.335.000,00	64.205.645,62	63.740.311,91	63.740.311,91	61.487.188,90	485.333,71
Reserva de Contingência (XI)	747.054,00	522.937,80				522.937,80
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)	137.846.070,00	152.431.149,69	151.282.020,25	151.282.020,25	151.056.354,22	1.148.129,44
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	2.167.223.301,00	2.543.579.214,58	2.193.622.870,44	2.154.147.799,91	2.103.616.893,38	348.956.344,14
Superávit (XIV)						
TOTAL (XV = XIII + XIV)	2.167.223.301,00	2.543.579.214,58	2.193.622.870,44	2.154.147.799,91	2.103.616.893,38	348.956.344,14
Reserva do RPPS			13.272.299,00			13.272.299,00
(*) Incluída a Amortização da Dívida/Refinanciamento						

e-Sfinge Web - Gerado em: 27/02/2020 - 23:50

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de FLORIANÓPOLIS
Exercício de 2020

	Dotação inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2.230.730.416,00	2.478.063.083,33	2.041.733.226,23	1.987.803.189,72	1.905.591.467,20	436.329.857,10
Despesas Correntes (X)	1.808.892.221,00	2.033.157.343,54	1.781.487.165,81	1.743.935.859,56	1.664.574.861,51	251.670.177,73
Pessoal e Encargos Sociais	1.142.385.199,00	1.250.645.103,16	1.160.336.441,76	1.159.541.054,46	1.100.199.741,54	90.308.661,40
Juros e Encargos da Dívida	27.922.437,00	11.978.088,75	10.796.523,07	10.796.523,07	10.796.523,07	1.181.565,68
Outras Despesas Correntes	738.584.585,00	770.534.151,63	610.354.200,98	573.598.262,03	553.578.596,90	165.179.950,65
Despesas de Capital (X)	321.838.195,00	444.905.739,79	260.246.060,42	243.867.330,16	241.016.605,69	184.659.879,37
Investimentos	253.326.095,00	376.977.838,31	193.100.386,17	179.013.010,58	176.284.710,38	183.877.621,14
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida(*)	68.512.100,00	67.927.901,48	67.145.674,25	64.854.319,58	64.731.895,31	782.227,23
Reserva de Contingência (XI)	370.000,00	370.000,00				370.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)	113.027.130,00	197.564.010,10	189.449.820,99	189.449.820,99	183.423.363,41	8.114.189,11
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	2.344.127.546,00	2.675.997.093,43	2.231.183.047,22	2.177.253.010,71	2.089.014.830,61	444.814.046,21
Superávit (XIV)			87.197.680,83			-87.197.680,83
TOTAL (XV = XIII + XIV)	2.344.127.546,00	2.675.997.093,43	2.318.380.728,05	2.177.253.010,71	2.089.014.830,61	357.616.365,38
Reserva de RPPS	13.454.500,00	1.825.265,59				1.825.265,59

(*) Inclui a Amortização da Dívida Refinanciamento

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de FLORIANÓPOLIS
Exercício de 2020

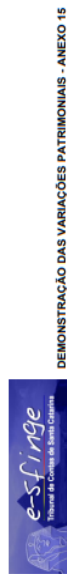
	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.357.582.046,00	2.357.582.046,00	2.315.180.273,43	-42.401.772,57
Receitas Correntes (I)	2.235.438.797,00	2.235.438.797,00	2.188.955.315,78	-46.873.481,22
Recicla Tributária	1.029.209.474,00	1.029.209.474,00	1.032.054.387,32	2.844.813,32
Receitas de Contribuições	331.175.436,00	331.175.436,00	290.872.990,71	-40.802.445,29
Recicla Patrimonial	25.891.920,00	25.891.920,00	9.562.956,37	-16.328.963,63
Recicla Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Recicla Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recicla de Serviços	1.499.574,00	1.499.574,00	1.646.290,20	146.716,20
Transferências Correntes	682.536.581,00	682.536.581,00	797.764.222,53	115.227.641,53
Outras Receitas Correntes	165.125.812,00	165.125.812,00	36.864.468,65	-128.161.343,35
Receitas de Capital (II)	122.143.249,00	122.143.249,00	146.614.957,65	24.471.708,65
Operações de Crédito	108.620.560,00	108.620.560,00	133.004.348,54	24.883.788,54
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	13.122.261,00	13.122.261,00	13.110.609,11	-11.651,89
Outras Receitas de Capital	400.428,00	400.428,00	0,00	-400.428,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	3.200.454,62	3.200.454,62
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	2.357.582.046,00	2.357.582.046,00	2.318.380.728,05	-39.201.317,95
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)				
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	2.357.582.046,00	2.357.582.046,00	2.318.380.728,05	-39.201.317,95
DEPÓSITO (VII)				
TOTAL (VIII = VI + VII)	2.357.582.046,00	2.357.582.046,00	2.318.380.728,05	-39.201.317,95
Saldo de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		58.350.755,90		58.350.755,90
Reabertura de créditos adicionais		0,00		0,00

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE

FLORIANÓPOLIS

2018 A 2020



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Competência: 06/2018

Reavaliação de Ativos	1.500.973,02	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	365.458.751,31	0,00
Ganhos Desincorporação de Passivos	442.054.097,29	341.902.296,60
Cancelamento de Restos a Pagar	-183.319.410,92	522.431,73
Reversão da Redução do Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	115.151.643,83	138.964.317,95
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	81.972.436,32	102.126.384,48
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	33.179.207,51	36.837.933,47
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	3.624.352.864,21	3.206.256.591,12
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	945.049.079,87	1.109.815.262,57
Remuneração a Pessoal	805.544.186,23	837.547.809,05
Encargos Patronais	132.024.737,91	266.647.480,24
Benefícios a Pessoal	1.617.286,09	983.910,77
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.862.869,74	4.636.062,51
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	206.776.931,95	172.854.151,71
Aposentadorias e Reformas	188.421.400,91	155.396.880,52
Penalidades	17.326.846,80	16.945.044,06
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	2.811,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.028.684,24	507.416,13
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	386.973.239,74	339.274.069,48
Uso de Material de Consumo	73.438.641,86	63.627.703,36
Serviços	313.350.652,80	275.646.366,12
Depreciação, Amortização e Exaustão	183.945,08	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	18.419.863,65	29.991.111,17
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	17.483.050,33	29.974.352,21

e-Sfinge Web - Gerado em: 16/04/2019 - 20:15

Página 2 de 4



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Competência: 06/2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	920.978.540,49	784.424.860,79
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	808.623.002,70	694.159.305,87
Taxas	112.355.384,07	90.265.554,92
Contribuição de Melhoria	153,72	0,00
Contribuições	587.022.333,25	159.597.318,84
Contribuições Sociais	550.720.044,54	122.585.832,16
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	4.733.014,91	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	41.569.273,80	37.011.486,68
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	10.042.948,47	7.379.656,34
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	10.042.948,47	7.379.656,34
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	98.697.317,39	518.686.608,39
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	84.790.234,84	490.077.031,19
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	13.907.082,55	28.609.577,20
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	1.256.165.660,08	1.254.781.100,48
Transferências Intergovernamentais	545.981.108,55	623.622.025,59
Transferências Intergovernamentais	708.304.163,38	629.794.976,00
Transferências das Instituições Privadas	1.100.905,00	617.130,97
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	779.883,15	746.997,92
Outras Transferências Delegadas Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	626.294.440,70	342.424.726,33

e-Sfinge Web - Gerado em: 16/04/2019 - 20:15

Página 1 de 4

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Competência: 06/2018

Juros e Encargos de Mora	158,61	3.195,81
Variáveis Monetárias e Cambiais	17,55	47,30
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	936.637,16	13.515,85
Transferências e Delegações Concedidas	703.909.499,39	723.938.744,53
Transferências Intragovernamentais	545.981.108,55	623.590.523,18
Transferências Intergovernamentais	76.539.753,28	69.260.474,02
Transferências às Instituições Privadas	79.098.839,96	28.909.851,80
Transferências às Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências aos Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	25.709,39	158.573,66
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.264.088,21	2.019.321,87

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	393.320.721,43	277.960.797,68
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	573.328,46	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	377.984.045,13	277.940.903,24
Desincorporação de Ativos	14.763.347,84	19.894,44
Tributárias	24.129.823,23	29.444.831,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	755.073,44	779.813,35
Contribuições	23.374.749,79	28.665.018,34

Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo de Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados	0,00	0,00

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.948.974.964,53	410.627.114,48
Premiações	17.550,00	20.733,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Competência: 06/2018

Constituição de Provisões	601.405,67	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.948.356.008,86	410.606.381,48
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	6.627.554.123,89	3.093.906.083,31

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	-3.003.201.239,68	112.352.507,81
--	--------------------------	-----------------------

Gean Marcusa Loureiro
Prefeito Municipal

Constância Alberto Salles Maciel
Sec. Municipal da Fazenda

Oswaldo Ricardo da Silva
Controlador Interno

Jose Luiz Marcollo
Contador Geral CRC SC22.199/O


DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Competência: 06/2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.042.868.812,69	920.978.540,49
Impostos	930.406.513,17	808.623.002,70
Taxas	112.462.299,52	112.355.384,07
Contribuição de Melhoria	0,00	153,72
Contribuições	152.704.008,23	597.022.333,25
Contribuições Sociais	99.364.071,29	550.720.044,54
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	4.632.735,98	4.733.014,91
Contribuição de Iluminação Pública	48.707.200,96	41.569.273,80
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.734.530,60	10.042.948,47
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	5.734.530,60	10.042.948,47
Variáveis Patrimoniais Aumentativas Financeiras	94.714.877,27	98.697.317,39
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	81.079.167,06	84.790.234,84
Variáveis Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obitados	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	11.435.582,87	13.907.082,55
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	2.200.127,34	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	1.268.823.504,16	1.256.165.660,08
Transferências Intragovernamentais	588.490.251,57	545.981.108,55
Transferências Intergovernamentais	679.458.438,63	708.304.163,38
Transferências das Instituições Privadas	874.813,96	1.100.505,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	779.883,15
Outras Transferências Delegadas Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	272.627.777,99	626.294.440,70

e-Sfinge Web - Gerado em: 27/02/2020 - 23:54

Página 1 de 4

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Competência: 06/2019

Reavaliação de Ativos	0,00	1.500.973,02
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	13.109,93	365.458.781,31
Ganhos Desincorporação de Passivos	182.642.193,01	442.654.097,29
Cancelamento de Restos a Pagar	89.972.475,05	-183.319.410,92
Reversão da Redução do Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	405.950.173,83	115.151.643,83
Varição Patrimonial Aumentativa e Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	81.972.436,32
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	405.950.173,83	33.179.207,51
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	3.243.423.684,77	3.624.352.884,21
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	1.099.505.969,63	945.049.079,97
Remuneração a Pessoal	846.050.472,15	805.544.186,23
Encargos Patronais	138.341.017,14	132.024.737,91
Benefícios a Pessoal	13.850.528,38	1.617.286,09
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	101.263.951,96	5.862.869,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	240.176.574,90	206.776.931,95
Aposentadorias e Reformas	217.895.695,95	188.421.400,91
Pensões	18.461.199,83	17.326.846,80
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.829.679,12	1.028.684,24
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	436.580.469,61	386.973.239,74
Uso de Material de Consumo	76.473.011,95	73.438.641,86
Serviços	358.744.212,08	313.350.652,80
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.363.245,58	183.945,08
Variáveis Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.629.215,51	18.419.863,65
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obitados	9.469.786,60	17.483.050,33

e-Sfinge Web - Gerado em: 27/02/2020 - 23:54

Página 2 de 4

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Competência: 06/2019

Juros e Encargos de Mora	17.568,70	158,61
Variações Monetárias e Cambiais	425,74	17,55
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	1.141.434,47	936.637,16
Transferências e Delegações Concedidas	776.805.474,68	703.909.499,39
Transferências Intragovernamentais	588.490.251,57	545.981.108,55
Transferências Intergovernamentais	81.081.549,83	76.539.753,28
Transferências às Instituições Privadas	106.456.325,41	79.098.839,96
Transferências às Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências aos Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	400.937,44	25.709,39
Outras Transferências e Delegações Concedidas	376.410,43	2.264.088,21
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	265.442.774,75	393.320.721,43
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	102.133,19	573.328,46
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	256.893.022,88	377.984.045,13
Desincorporação de Ativos	8.447.618,68	14.763.347,84
Tributárias	25.003.533,83	24.129.823,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	754.649,06	755.073,44
Contribuições	24.248.884,77	23.374.749,79
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo de Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	444.239.225,57	3.948.974.964,53
Premiações	26.550,00	17.550,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	22.799,76	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Competência: 06/2019

Constituição de Provisões	438.920.393,46	601.405,67
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.269.482,35	3.948.356.008,86
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	3.298.383.238,48	6.627.554.123,89
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	-54.959.553,71	-3.003.201.239,68

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS
Exercício de 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIÁVEIS PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	961.340.602,09	1.042.868.812,69
Impostos	939.253.207,40	930.406.513,17
Taxas	22.087.394,69	112.462.299,52
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	257.854.167,05	152.704.008,23
Contribuições Sociais	211.885.641,94	99.364.071,29
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	3.775.659,07	4.632.735,98
Contribuição de Iluminação Pública	42.192.866,04	48.707.200,96
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.324.481,35	5.734.530,60
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	6.324.481,35	5.734.530,60
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	86.098.499,64	94.714.877,27
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.593.471,93	0,00
Juros e Encargos de Mora	78.651.722,84	81.079.167,06
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.853.304,87	11.435.582,87
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	2.200.127,34
Transferências e Delegações Recebidas	1.386.550.664,94	1.268.823.504,16
Transferências Intragovernamentais	605.157.195,28	588.490.251,57
Transferências Intergovernamentais	780.736.068,30	679.458.438,63
Transferências das Instituições Privadas	657.401,36	874.813,96
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências Delegadas Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	274.077.422,63	272.627.777,99

e-Sfinge Web - Gerado em: 14/04/2021 - 20:12

Página 1 de 4

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS
Exercício de 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	132.635.825,22	13.109,93
Ganhos Desincorporação de Passivos	126.069.117,48	182.642.193,01
Cancelamento de Restos a Pagar	15.372.479,93	89.972.475,05
Reversão da Redução do Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	499.550.441,27	405.950.173,83
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	499.550.441,27	405.950.173,83
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	3.471.796.278,97	3.243.423.684,77
VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	1.247.005.780,15	1.099.505.969,63
Remuneração a Pessoal	878.055.614,07	846.050.472,15
Encargos Patronais	148.908.968,23	138.341.017,14
Benefícios a Pessoal	4.641.719,89	13.850.528,38
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	215.399.477,96	101.263.951,96
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	275.853.610,63	240.176.574,90
Aposentadorias e Reformas	252.460.726,16	217.885.695,95
Pensões	21.637.907,59	18.461.199,83
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.754.976,88	3.829.679,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	409.973.475,22	436.580.469,61
Uso de Material de Consumo	71.525.067,32	76.473.011,95
Serviços	335.345.030,13	358.744.212,08
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.103.377,77	1.363.245,58
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	111.378.924,43	10.629.215,51
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	77.812.856,15	9.469.786,60

e-Sfinge Web - Gerado em: 14/04/2021 - 20:12

Página 2 de 4

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Exercício de 2020

Juros e Encargos de Mora	116.853,35	17.568,70
Varições Monetárias e Cambiais	30.076.680,82	425,74
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	3.372.534,11	1.141.434,47
Transferências e Delegações Concedidas	769.608.063,84	776.805.474,68
Transferências Intragovernamentais	605.157.195,28	588.490.251,57
Transferências Intergovernamentais	81.242.970,63	81.081.549,83
Transferências às Instituições Privadas	80.152.491,59	106.456.325,41
Transferências às Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências aos Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	7.073,15	400.937,44
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.048.333,19	376.410,43
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	198.723.148,93	265.442.774,75
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	561.772,09	102.133,19
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	170.283.407,13	256.893.022,88
Desincorporação de Ativos	27.877.969,71	8.447.618,68
Tributárias	25.307.428,82	25.003.533,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	884.327,36	754.649,06
Contribuições	24.423.101,46	24.248.884,77
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo de Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	452.628.730,97	444.239.225,57
Premiações	1.526.037,35	26.550,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	972,03	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	22.799,76
Participações e Contribuições	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de FLORIANÓPOLIS

Exercício de 2020

Constituição de Provisões	448.811.670,48	438.920.393,46
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.290.051,11	5.269.482,35
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	3.490.479.162,99	3.298.363.238,48
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	-18.682.884,02	-54.959.553,71